

zação e cresce com ela. Em 1881, os preços eram apenas 5% mais elevados do que 25 anos antes; em 1914, singularmente, eram 10% inferiores aos de 1895; de 1829 a 1914 — período de 85 anos — os preços quintuplicavam e essa taxa pode ser considerada modesta, em confronto com a que virá depois. Entre 1914 e 1929, quando chega a crise, os preços mais do que duplicaram. No processo inflacionário brasileiro, na época, a influência do café foi muito grande: no início do século XX, o Brasil fornecia mais de 80% do total das exportações mundiais do produto; isso correspondia a 60% do total das divisas do país; nas vizinhanças da Primeira Guerra Mundial, correspondia já a 40%. Até 1910, a superprodução de café era absorvida pelo crescimento da procura e pelas safras menores. O financiamento do café retido representou pressão inflacionária poderosa. A primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro é encerrada sob o signo da crise.

A segunda etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro, que se abre na medida em que o país emerge da crise de 1929, que abala o regime em âmbito mundial, tem características muito diferentes da primeira. No Brasil, o fenômeno determinou, desde logo, uma queda nas exportações e, conseqüentemente, a redução nas possibilidades de importar; as exportações representavam o latifúndio, a dependência e seu debilitamento, na conjuntura; correspondia a uma perspectiva de mudança, desde que o abalo na economia fosse passível de absorção pelo sistema e permitisse alterações. Surgiu a possibilidade de transferência de renda para a área industrial, que abria condições, no desemprego agravado pela crise, aos fatores disponíveis, à força de trabalho principalmente. A substituição de importações e o alargamento da ocupação e da demanda interna exigiria, o que era novo, a interferência ativa do Estado no processo, e ela se ampliou até a adoção de uma política cambial e de crédito que correspondeu a verdadeiro subsídio à indústria, partindo, depois, para a criação e desenvolvimento de uma infra-estrutura que firmaria o desenvolvimento e o tornaria irreversível.⁷³ Cabe frisar, entretanto, que a interferência do Estado, nas condições em que ocorreu, derivou da necessidade do processo, que estava em andamento; não foi o Estado que o desencadeou e, conseqüentemente, gerou o

⁷³ "É graças à evolução ocorrida durante esse período que o Estado nacional emerge como um fator importante no sistema econômico brasileiro. A política de câmbio, tradicionalmente subordinada aos interesses do serviço da dívida externa, transforma-se em poderoso instrumento de fomento à formação de capital". (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 22/23).